

Índice

- O castelo antes do Castelo – das origens do povoamento à fundação do Castelo medieval
- A fundação do Castelo de Leiria e a evolução do espaço amuralhado
- A evolução da urbe medieval – os bairros extramuros

Enquadramento histórico e arqueológico

O castelo antes do Castelo – das origens do povoamento à fundação do Castelo medieval

A região de Leiria apresenta, desde a Pré-História Antiga, uma ocupação humana inquestionável que deixou marcas profundas na paisagem. Os vestígios arqueológicos identificados permitem conhecer apenas uma ínfima parte daquelas que terão sido as vivências dos grupos humanos nesta área geográfica, contudo, as informações que possuímos reportam-se a um amplo período de ocupação humana, desde a Pré-História Antiga até à época contemporânea.

No morro onde se situa o Castelo de Leiria encontraram-se vestígios que indicam que este local é ocupado desde há, pelo menos, cerca de cinco mil anos, tendo sido identificados níveis arqueológicos atribuíveis à Pré-História Recente, que confirmam a existência de ocupações de época Calcolítica e da Idade do Bronze, e atribuíveis ao período Proto-histórico, com vestígios enquadráveis na Idade do Ferro. Foram ainda identificados níveis e estruturas de época romana e materiais com características islâmicas, designadamente nas escavações realizadas em 2011, no núcleo A e B do castelo, e em anos anteriores, na “Casa do Fabião”, na Torre de Menagem e no conjunto edificado designado como Ex-Ral 4 ou Celeiros da Mitra, e que foi reconvertido para aí instalar o m|j|mo - Museu da Imagem em Movimento.

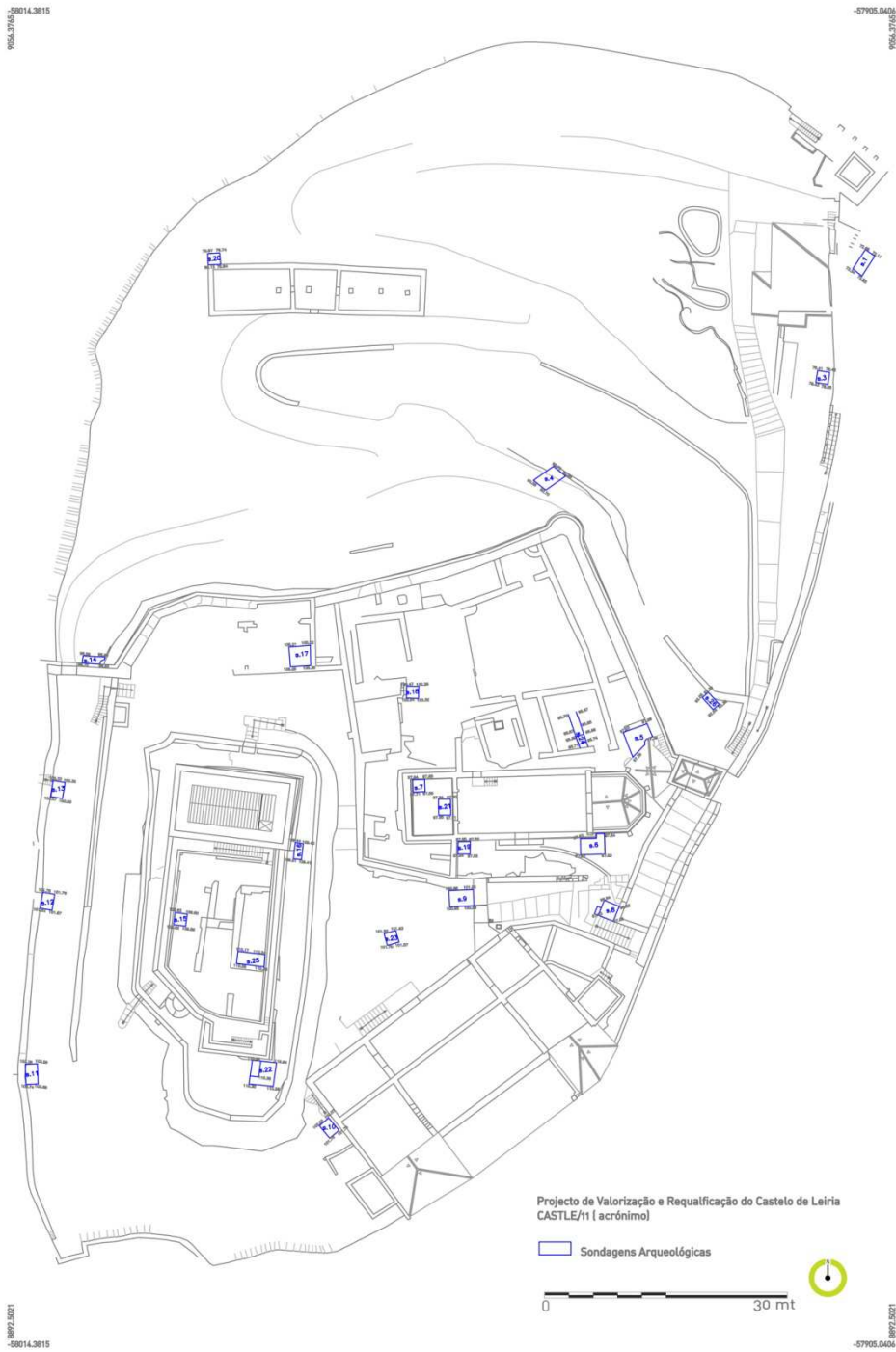


Fig.1 planta com locais de escavação

Os dados arqueológicos relativos a um extenso período da história da região, desde o final da época romana até o início da reconquista cristã são praticamente inexistentes, ressalvando-se

no entanto, que em muitos casos a inexistência de dados não se deve a uma ausência de ocupação do espaço, mas antes a uma lacuna ao nível das investigações.

Com a conquista definitiva do morro onde se encontra o castelo de Leiria, foram efetuadas grandes modificações ao nível do espaço, entre os séculos XIII e o XIV, com construção de estruturas e de edifícios que “escamotearam e destruíram as precedentes, cujos vestígios apenas se encontram em depósito de aterro e abandono” (Carvalho *et al*, 2011).

A fundação do Castelo de Leiria e a evolução do espaço amuralhado

O morro onde se situa o Castelo de Leiria, bem como o seu território, foi conquistado aos muçulmanos, no segundo quartel do século XII, por D. Afonso Henriques. Este território é descrito, por Saul Gomes, como uma “terra despovoada, erma e bravia” à época da reconquista, com base num texto historiográfico de Santa Cruz de Coimbra, a *Chronica Gothorum*, redigido cerca de 1185, e onde se pode ler “cepit edificare castellum leirene (...) in loco vastae solitudinis in confinio Sanctarem et Colimbrie positum” (Gomes, 1995; Gomes, 2004:25). O mesmo autor reforça essa ideia baseando-se na análise de “textos documentais árabes, cronísticos e históricos, ricos em informações geográficas e administrativas sobre as cidades e fortalezas da Península, [que] não se referem a qualquer comunidade local na região de que pudesse resultar Leiria” (Gomes, 2004:22).

A História de Leiria propriamente dita, se não tivermos em conta toda a ocupação humana pré-histórica, a ocupação romana, e eventual ocupação árabe, teve início em 1135, “data em que, segundo os *Anais de D. Afonso Rei dos Portugueses*, mais conhecidos sob o nome de *Chronica Gothorum*, o príncipe D. Afonso Henriques terá construído o Castelo de Leiria.” (Mattoso, 1985:2).

A partir do momento em que Afonso Henriques se estabelece em Coimbra, em 1132, “toma medidas estratégicas para defender não só a cidade propriamente dita, mas também os campos que a rodeiam, principalmente a sul, os quais garantiam o abastecimento de uma população em crescimento contínuo” (Mattoso, 1985:3). Os castelos eram potenciadores de desenvolvimento, funcionando como polos de dinamização e de desenvolvimento das regiões conquistadas, fomentando o povoamento dessas regiões e o crescimento económico, social e administrativo (Monteiro, 1999:18). Pegando nas palavras de Mário Barroca (Barroca, 1990/91:89) “o castelo é uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa”, mas não teve somente a função militar e de assegurar a defesa das zonas conquistadas.

A defesa de Coimbra já havia sido uma preocupação de D. Teresa, mãe de Afonso Henriques, que no final do seu cato governativo, colocou o conde Fernão Peres de Trava em Soure, em 1122, tendo em 1128, entregue o castelo aos Templários (Mattoso, 1985:3). Com o objetivo de incrementar a defesa dessa região, tentando assim estancar as incursões militares muçulmanas que “deviam vir sobretudo dos lados de Santarém através da região de Ladeia, entre Penela e Soure, a este da serra da Lousã” (Mattoso, 1985:3). Afonso Henriques promoveu o povoamento dessa zona ao criar novos concelhos, eles próprios núcleos fortificados e, mandando construir novas fortificações. Surgiram assim os complexos fortificados de Santa Eulália, Arouce, Miranda do Corvo, Penela, Alvorge, Bera e Ansião (Mattoso, 1985:3; Gomes, 2004:23). “A construção de um castelo em Leiria inscreve-se, evidentemente, neste conjunto, embora a sua situação geográfica, para sudoeste da zona de Ladeia se possa considerar à parte” (Mattoso, 1985:4). A fortificação de Leiria seria assim um posto avançado em relação a Soure, “que até aos anos 30 do século XII parece ter sido o extremo meridional da região fortificada pelos portugueses” (Mattoso, 1985:4). O objetivo da coroa, bem como das ordens militares, consistiu em “criar uma rede de pontos fortificados ao longo dos eixos de circulação, um objetivo que não pode, aliás, ser dissociado da própria fundação do Castelo de Leiria ” (Barroca, 1990/91:122). Acreditando na data apontada pelos *Anais* para a construção da fortificação, no Inverno de 1135, esta “constituiria a mais precoce operação de equipamento fortificado dirigida por Afonso Henriques” (Mattoso, 1985:4).

Até à conquista de Leiria, verificada em 1135, o território cristão prolongava-se por uma estreita faixa de território a sul do rio Mondego, cuja manutenção manifestou ser difícil (Monteiro, 1999:21).

O Castelo de Leiria é entendido por Nunes (2005:80), como sendo, à época da sua construção, em 1135, um castelo de penetração “construído em território inimigo ou situado para além da linha dos castelos de detenção”, que se situavam numa linha relacionada com a manutenção da segurança do território à sua retaguarda. A localização de um Castelo, o de Leiria, neste morro terá obedecido a critérios estratégicos não só de defesa de Coimbra, mas porque este funcionaria também como base de ataque a territórios sarracenos. “A fundação de uma atalaia ou pequeno castelo no morro ofito, (...), é não só o primeiro passo de um bem concertado plano de defesa dos limites meridionais do Reino (...), mas também a preparação de uma base de partida para o ataque e conquista de Santarém, Sintra e Lisboa (...)” (Zúquete, 2003:22). Esta mesma ideia é defendida por Mattoso (1985) que indica que a escolha deste local servia: “não apenas um apoio de defesa de Coimbra, mas já o ponto de partida para incursões de pilhagem em direção de Torres Vedras ou mesmo Santarém”. Saul Gomes por seu lado defende que “tanto Leiria como Ourém, Pombal e Porto de Mós eram núcleos de defesa ativa e não de ataque” (Gomes, 2004:33).

As primeiras incursões muçulmanas a este território, após a sua conquista, ocorreram em 1137, não trazendo grande destruição ao Castelo. No ano de 1140, as incursões mouras levaram à destruição da fortificação, devido à importância deste para a ofensiva cristã (Mattoso, 1985:4). Também em 1145 é registada a invasão a este castelo (Mattoso, 1985:5). Esta situação de insegurança, devido aos ataques muçulmanos, diminuiu após a conquista de Santarém e Lisboa, em 1147.

A diminuição dos ataques mouros, aliada à concessão do foral de 1142, terá conduzido a um aumento populacional. A carta de foral, concedida aos moradores de Leiria, “quase pode ser classificada como um diploma instituidor de uma zona económica franca, livre da multiplicidade de impostos régios ou senhoriais que vigoravam noutros centros concelhios” (Gomes, 2005:65). Esta mesma posição é defendida por Luciano Coelho Cristino que, apesar de duvidar da autenticidade de parte do documento, salienta que “não se pode negar um certo consolidar de posições, quer dos efetivos militares, quer das populações em busca de terras para arrotear e cultivar” (Cristino, 1986: 178). Este aumento da população é justificado por Mattoso (1985:7), pelo “crescimento populacional que se verificou no Norte, a dureza das exações feudais nas zonas de organização senhorial, o atrativo das riquezas muçulmanas que a conquista de Lisboa e Santarém pusera, aparentemente, à mercê de toda a gente, o empenhamento do rei, interessado em atrair população, para melhor garantir a defesa dos territórios recém-adquiridos” considerando que “tudo isto criava condições favoráveis a fluxos migratórios nesta direção.” (Mattoso, 1985:7). Saul Gomes considera que o aumento populacional é evidenciado “pela evolução da fisionomia urbana da cidade, pelo levantamento de três núcleos amuralhados, pela própria multiplicação do número das paróquias urbanas e rurais e pela instalação nos arredores da urbe de 1230 de um convento franciscano.” (Gomes, 2005:65). Mattoso (1985) indica a data de 1231 para a edificação do referido convento (Mattoso, 1985). Esse crescimento é atestado não só pela ocupação da várzea, e pelo surgimento de novos bairros medievais: São Tiago, São Martinho; Santo Estêvão e dos Anjos, mas também pela quantidade de freguesias existentes no seu termo, que Mattoso indica como sendo catorze (Mattoso, 1985).

Segundo Saul Gomes (2004:99), o terceiro núcleo, “trata-se, ainda, da vila alta, amuralhada, onde viveram as elites locais e onde o rei ergueria o seu palácio (de S. Simão ou de S. Pedro). A alcáçova propriamente dita reduzir-se-á ao núcleo castelão primogénito. Mas a muralha nas faldas do monte constituirá uma unidade com aquela permitindo que se fale duma “cidade alta” na globalidade e, assim, de alcáçova *latu senso*. O bairro dos funcionários, da casa régia e das da nobreza, encontramos-las mais em torno de S. Pedro que de Santa Maria.” O terceiro núcleo, correspondendo à última fase de construção da muralha, abarcava uma área muito extensa, se comparado com os dois primeiros.

Aqui teve lugar a construção da Igreja de S. Pedro, na segunda metade do século XII, como atesta Saul Gomes (2004:99). Esta evolução da cerca amuralhada ao longo do segundo, terceiro e quarto quartel do século XII, não tem continuidade nas centúrias seguintes, correspondendo à última fase da fortificação românica da vila.

A Igreja de S. Pedro, situada no interior da vila velha acastelada, foi a segunda Igreja a ser edificada em Leiria, sendo apontado o último quartel do século XII para a sua construção. Atualmente corresponde ao edifício religioso mais antigo da urbe, apresentando um estilo românico (Gomes, 2004: 165).

No século XIX, a capela, retirada ao culto, serviu como teatro, tendo mesmo, como nos diz Ernesto Korrodi descido “à triste categoria de armazém de trapos e madeiras” (Korrodi, 1898:XXIX).

A pedra do altar-mor da Igreja de S. Pedro, segundo informação publicada em 1898, terá sido levada para a Igreja da Barreira. (Gomes, 2004:169).

Em meados do século XX o templo reabre ao culto, após obras de restauro. A partir de 1997, deixa de estar aberta ao culto regular, abrindo só para ocasiões especiais.

A Igreja de São Pedro revela-se, tal como defende Saul Gomes, como elemento central no plano urbanístico da vila alta amuralhada. “No seu largo fronteiro ou no seu contorno, que foi importante cemitério medieval, talvez com antigo e primigénito pelourinho ainda hoje evocado pelo Cruzeiro moderno erguido defronte da porta do templo, se situariam açougues reais. Ali se efectuou, de facto, mercado sazonal, mais tarde transferido para a várzea ribeirinha do Lis” (Gomes, 2004:167-168).

Nas imediações da Igreja funcionou o Regimento de Artilharia Ligeira 4 (RAL4), constituído por três corpos distintos, sendo que apresentava um corpo oriental ostentando uma arquitectura mais recente e outro ocidental de inspiração mais antiga, eventualmente tardo medieval. Este espaço teria servido como celeiro e/ou adega e mais tarde como cavalaria (Carvalho e Tavares, 2004).

Na zona exterior deste conjunto, denominado Ex-RAL 4 para efeitos da intervenção arqueológica, foi identificada, em 2004, a necrópole medieval da Igreja Românica de S. Pedro, no que respeita ao seu sector Norte (Carvalho e Tavares, 2004).

Os Paços de S. Simão, assim nomeados devido ao facto da capela real neles integrada ter este orago, são referidos igualmente “como Paços a par de S. Pedro, porque estavam adjacentes a esta Igreja paroquial” (Gomes, 2004:115; Cristino, 1986:190).

A construção deste edifício é atribuída a D. Dinis, contudo, Luciano Coelho Cristino (1986:190) avança a ideia da iniciativa da construção pertencer a D. Sancho I. Saul Gomes, reportando-se às descrições do Couseiro, que atribui a D. Dinis estes paços, afirma que “estes primeiros paços régios de Leiria são uma herança que D. Dinis herda e que transformou seguramente num complexo mais atualizado e em acordo com os novos cânones estéticos próprios da sua época. Da sua estrutura arquitetónica já nada resta – faltam as urgentes escavações arqueológicas (...)” (Gomes, 2004:115).

Os paços reais foram demolidos a mando de “D. Fr. António de Santa Maria, bispo de Leiria entre 1616 e 1623” (Gomes, 2004:115), sendo que a tradição os situa no mesmo espaço dos antigos paços episcopais.

Nas imediações dos paços reais, terão existido igualmente os Paços do Concelho (Cristino, 1986:191). Segundo o Couseiro “ No dicto anno de 1546 (D. Frei Brás de Barros) fez contrato com a cidade, que lhe largou a casa que servia de câmara, e estava no sítio dos paços que agora são episcopais” (Anónimo, 1868:180; Cristino, 1986:191).

Ainda no espaço da cerca amuralhada, em zona situada nas imediações dos Paços de S. Simão, Cristino (1986), faz referência à existência de casas de habitação e outros edifícios relacionados com atividades comerciais, que ocupariam a cerca da vila. “O conhecimento incompleto que temos da documentação impede-nos de saber se em 1385 ainda existia dentro da cerca o açougue ou mercado de que se fala num documento régio de 24 de Dezembro de 1255 ou se já tinha sido abandonado em proveito do que nessa época existiria na baixa” (Cristino, 1986:192).

O Castelo de Leiria manteve-se ao longo dos tempos como ponto estratégico de alta importância sendo por isso uma localidade sujeita a disputa em tempos de crise e de guerra. A cidade de Leiria, localizada no centro do país, perto do mar, a meio caminho entre Lisboa e Coimbra e, “fortalecida por um castello ainda aproveitável” no segundo quartel do século XIX, “e com as acomodações e recursos que sempre proporciona um povoado de 5:000 habitantes, a formosa cidade do Liz foi sempre apetejada pelos contendores em epochas agitadas de guerra” (Cabral, 1920: 255). Durante as lutas liberais, em 1834, o tenente-coronel José de Vasconcelos, futuro Visconde, ocupou a fortificação leiriense, entretanto abandonada pelas forças miguelistas, devido à proximidade das forças do Conde de Saldanha. “O coronel Xavier e o tenente-coronel José de Vasconcellos, que se aproximavam da cidade quando os realistas a evacuaram, assenhorearam se d’ella rapidamente (...) O tenente-coronel Vasconcellos foi

logo tomar posição no castello e destacou parte da força do seu commando pela estrada da Figueira em perseguição dos fugitivos. (...), porém, já ia tarde e a sua cooperação era inútil” (Cabral, 1920: 252).

A evolução da urbe medieval – os bairros extramuros

Leiria medieval, pela sua situação geográfica, entre Coimbra, Santarém e Lisboa, manteve ao longo dos séculos “uma capacidade congregadora não só como pólo comercial, como também dum ponto de vista administrativo e jurisdicional” (Gomes, 1993: 83).

Do ponto de vista urbanístico, Leiria medieva desenvolveu-se em torno de dois marcos infra-estruturantes importantes: o Castelo e o rio Lis, “cujo posicionamento determinava constantemente a vida quotidiana dos leirienses daquele tempo” (Gomes, 1993: 83). O morro onde se situa o castelo permitia maior proteção à zona da vila meridional, não amuralhada, protegendo-a igualmente dos ventos vindos de norte e do frio. A orientação do referido morro, sensivelmente Oeste - Este, é, segundo Saul Gomes (1993: 84) a principal causa de terem surgido dois tecidos urbanos bastante distintos do ponto de vista urbanístico, no seu sopé. O bairro de São Tiago, o primeiro a surgir extramuros, desenvolveu-se de forma irregular a Norte do morro do castelo, próximo da Ponte Coimbra. O bairro de S. Martinho cresceu na várzea sul do referido morro, apresentando uma urbanização em “planta de tipo espinha de peixe” (Gomes, 1993: 84. Para além destes dois bairros, existiriam outros, tais como Santo Estêvão, localizado a Sudoeste do morro castelão, e os que se localizavam entre muralhas, Santa Maria e São Pedro. Estes últimos, por volta de 1498, estariam praticamente despovoados (Gomes, 1993: 84).

Leiria, tal como já abordado, apresenta uma situação geográfica privilegiada, junto de um rio, entre Coimbra e Santarém, com um castelo difícil de tomar que terá contribuído para a fixação de população e de vida económica progressivamente mais ativa (Mattoso, 1985: 7-8; Pousão-Smith, 2008, I:129). O Papa Paulo III, ao redigir a Bula de ereção da diocese de Leiria, em Maio de 1545, escreveu “que a povoação de Leiria é muito insigne entre outras povoações, e célebre pela fertilidade dos campos, notável pela afluência de pouo e clero (...)” (Pousão-Smith, 2008, I:129). Rodrigues Lobo, poeta leiriense, descreveria 50 anos depois que a cidade e arredores eram rodeados de matos espessos e “medonhos” (Pousão-Smith, 2008, I:129). Outros autores do século XVII descrevem o burgo como *Lugar tão limitado como Leiria, onde se sabe o nome a todo* (Pousão-Smith, 2008, I:294), ou como o Governador de Angola, Fernão de Sousa, escrevendo ao então Bispo de Leiria, D. Dinis de Melo, “a solidam de Leiria”. Frei António Brandão afirmaria em 1632 “A cidade não he grande” (Pousão-Smith, 2008, I:130).

A ocupação urbana da cidade tem-se desenvolvido ao longo das margens do rio Lis e apresenta pouca variação altimétrica, caracterizado por áreas aplanadas enquadradas na

planície Pliocénica dos vales dos rios Lis e Lena (Martins, 1949; Jacinto, 2009: 51). O núcleo do centro histórico de Leiria, na sua zona baixa, apresenta uma altitude média que não excede os 30 metros, sendo que as altitudes médias em torno da cidade rondam os 400 metros (Jacinto, 2009: 54). Em termos genéricos, o clima apresenta um carácter Mediterrânico (Medeiros, 1987; Ribeiro, 1998; Gonçalves, 2007: 12), sendo o clima regional fortemente influenciado e regulado pelo Oceano Atlântico, condicionado pelos ventos marítimos que provocam um aumento da temperatura e humidade e diminuição da temperatura (Ribeiro, 1998; Ferreira, 2005b; Gonçalves, 2007: 12). O clima nesta região é igualmente, fortemente influenciado pelo Maciço Calcário Estremenho que cria uma barreira física entre as zonas litorais e os territórios mais continentais, o que facilita a condensação de massas de ar húmido provenientes do mar (Medeiros, 1987; Ribeiro, 1998; Gonçalves, 2007: 12). A bacia hidrográfica do rio Lis é caracterizada pela densidade de zonas húmidas (áreas lagunares, pântanos, pauis, terrenos ribeirinhos alagadiços, etc.), de matagais e de florestas, particularmente na faixa costeira.

Entre o século V e X, o clima terá arrefecido e ficado mais húmido, coincidindo com o avanço dos glaciares alpinos (Moreno & Fatela, 2005; Gonçalves, 2007: 126), verificando-se com frequência tempestades e uma pluviosidade superior em cerca de 35% relativamente à atualidade (Araújo, *et al*, 2003; Dias, 2004, Gonçalves, 2007: 126), que se traduziram no correspondente aumento de situações de cheias.

A localização geográfica da zona baixa da cidade de Leiria aliada às características geológicas e climatológicas revela-se propícia a cheias frequentes. O autor do Couseiro enumera algumas das cheias mais desastrosas na cidade: “Mas ficou muito menos sadia, e sujeita a muitas cheias e inundações, que têm causado grandes perdas: das quais foi uma cheia em quinta feira, vinte e seis do mez de março de 1475, tão grande que derrubou muitas casas, moinhos e fez outras muitas perdas, e no convento de S. Francisco (...) Outra em 28 de Maio de 1596, que foi muito grande de fez muitas perdas, precedendo chover vinte e quatro horas sem cessar. Outra em 21 de Dezembro de 1600, que foi dia de S. Thomé, que durou das dez horas até à noite, precedendo chover de véspera até ao dia; fez notáveis perdas, levou muitos moinhos, lagares, e casas na cidade, com muita fazenda, pão, vinho e azeite, e fazia grande espanto na gente; e por ser n’aquelle dia, se chama a cheia de S. Thomé. Em 18 de Junho de 1612, em segunda feira, choveu repentinamente, e houve duas cheias no mesmo dia muito grandes; alagou-se o campo, que estava semeado de trigo, milho e feijões, e na serra fez também grande perda, porque nascia o pão nas espigas, (...). Em dia de S. Martinho de 1646, de noute, ás dez horas, houve uma grande cheia, sem haver muita perserança de chuva, foi a maior de todas as sobredictas, chegou á rua direita, e em parte passou; cobriu toda a praça, fez notáveis perdas em adegas, celeiros e armazéns, e em muitas fazendas mais; por ser tão repentina e de noite, causa grande terror e espanto. Houve muitas outras; com o que o sitio

não é tão suadável, antes sujeito a achaques e enfermidades, mas é muito abundante de pão, vinho, azeite e fructas” (Anónimo, 1868: 8-9).

A vila medieval de Leiria apresentava um casario erguido na colina castelã “enquadrado por vias perpendiculares ao rio que permitiam a drenagem das enxurradas para a baixa citadina. Aqui, por vezes, um sistema imperfeito de condutas adutoras de águas levá-las-ia até ao leito do rio ou, caso não funcionassem devidamente, acabariam por facilitar as inundações da baixa leiriense, sempre indesejáveis e prejudiciais para os haveres dos moradores” (Gomes, 1999: 10).

As cheias em Leiria seriam de tal modo frequentes que em 1656 motivou o seguinte comentário de Frei Manuel da Esperança: “Mas o rio, não contente de nos retalhar a horta, vai afogando a casa de tal modo com as suas inundações, que lhe será muito cedo necessário fugir, se achar onde possa tomar pe com algu(m)a compensação do seu esplendor antigo” (Afonso, 2003: 40 *op. Cit. Hist. Serafica.*: 359).

Apesar de se verificar um constante assoreamento da foz do Lis, o rio foi navegável até à Leiria (André *et al*, 2005: 291), como se pode atestar pelo foral concedido por D. Sancho I (Pinto, 1938). Mota (2004: 1)

Entre os anos 1699 e 1702 realizaram-se obras de regularização do leito do rio a pedido dos procuradores da cidade que apelaram por medidas urgentes e eficazes que evitassem cheias futuras (Carreira, 1995: 85). D. Pedro II encarregou o Dr. Manuel Alves Pereira, juiz do Tombo da Casa do Infantado, de superintender a obra de encanamento do rio (Carreira, 1995: 85). A obra de encanamento do rio consistiu na criação de um leito artificial numa extensão compreendida entre o “Campo da Cidade”, nas proximidades da Ponte dos Três Arcos, e o Rocio de S. Francisco, perto desse convento (Carreira, 1995: 86). Nas imediações da igreja do Espírito Santo, o rio foi encanado em curva acentuada, seguindo depois de forma rectilínea até às imediações do convento de S. Francisco (Margarido, 1988: 70). Antes da realização destas obras, o rio passaria nas imediações da Igreja de S. Martinho ou dos edifícios que o ladeavam, inflectindo então num ângulo de 90 graus, para norte (Cristino, 1986). O leito do rio foi assim desviado para uma distância superior, em largura, a 100 metros (Carreira, 1995: 86).

Quanto ao autor do projeto da obra da Casa do Infantado, Adélia Carreira (Carreira, 1995: 86), aventa a hipótese de ter sido realizado pelo engenheiro Azevedo Fortes, que projetou na mesma época a obra do “encanamento” do rio Mondego. O provedor da comarca de Leiria, em 1721, diz nas notícias remetidas à Academia Real (fl.4-4v): “Mudouce o Rio do pé da cidade haverá vinte annos pela piedade que com elles (moradores) uzou o senhor Rey D. Pedro que

Santa gloria haja, mandando prestar da Serenissima Caza do Infantado quatro contos reis, com que se fes novo alveo, e ainda com esta mudança se experimentão cheyas”.

Na sequência das obras de encanamento do rio e aproveitando parcialmente o seu antigo leito, “surgiu, (...) a Vala Real que se manterá, ‘a céu aberto’, até à primeira metade de Oitocentos sendo, a partir de então, coberta, em sucessivas etapas”, até ao século XX (Carreira, 1995: 86). A Vala Real, e outras valas de extensão e dimensões provavelmente menores, que percorriam a cidade, tinham duas funções principais: a “drenagem das águas em excesso dos campos de cultivo” e de “escoamento dos detritos urbanos” (Carreira, 1995: 86). Naturalmente, o facto de a Vala Real se ter convertido, nas palavras de Adélia Carreira, “no grande esgoto da cidade, a descoberto, veio, obviamente, mostrar-se cada vez mais desagradável e perigoso para o bem-estar da população citadina” (Carreira, 1995: 86). Em 1849 iniciaram-se os trabalhos de cobertura da Vala Real, que viriam a ser concluídos em 1932 (Cabral, 1975: 582-583).

Na década de 80 do século XVIII, quando se realizaram obras de encanamento do rio a mando da casa do Infantado, Oudinot relata que o antigo leito estava excessivamente entupido de areia e qualquer cheia o fazia transbordar porque o nível inferior do leito era muito alto relativamente às margens (Brás, *et al*, 2002).

A população leiriense do século XV queixava-se frequentemente das águas pestilentas do rio, devido sobretudo ao facto de que as “mulheres iam lavar os seus linhos e massá-los junto de Stº André, fazendo muita sujidade nas águas e no alpendre da capela” (Gomes, 1999: 19). Na zona oriental da vila, principalmente entre a Ponte dos Caniços e a Ponte Nova, existiam numerosos moinhos e lagares, que demonstram a existência de focos poluidores. Um dos moinhos mais conhecidos é porventura o que Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade de D. João I, instalou junto à Ponte dos Caniços, em 1411, destinado ao fabrico de papel e de ferro, à serração de madeiras e a pisar burel, o que não deixaria de ser um pólo poluidor (Gomes, 1999: 11). Junto à Praça de S. Martinho, situavam-se vários lagares de azeite, nomeadamente, o do próprio rei (Gomes, 1999: 11-12). Nas imediações do rio predominavam os campos de cultivo, nomeadamente, com os vinhedos, os pomares ou com culturas mimosas próprias das almoinhas, mas igualmente edifícios arruinados, fenómeno que “é uma quase permanência estrutural na história da cidade, acompanhando as sucessivas gerações de leirienses” (Gomes, 1999: 12).

As habitações da Leiria medieval seriam, segundo a documentação histórica (Gomes, 1999), construídas com recurso a variados tipos de materiais, desde a pedra à tijoleira de barro cozido, sendo contudo, a madeira o material predominante. As casas seriam maioritariamente revestidas a taipa, o que obrigaria à sua manutenção sistemática. “Talvez por essa recorrência

dos leirienses a materiais de construção mais perecedeiros, bem como por uma manutenção dos edifícios nem sempre a preceito, se assistisse à proliferação pela cidade de tantos pardieiros e casas arruinadas” (Gomes, 1999: 13).

As habitações, em Leiria, apresentariam ao nível dos pisos superiores, janelas e portas de pequena dimensão (Gomes, 1999, 14), o que, segundo António Ribeiro Sanches (2003: 25) dificultava a ventilação e a claridade. Ainda segundo o mesmo autor (2003: 23), uma das formas de purificar e de ventilar o ar de uma casa, principalmente após uma cheia, era “perfumando-as com loureiro murta, alecrim e rosmaninho e, sobretudo, em cada quarto queimar uma leve porção de pólvora”.

Os incêndios e as intempéries eram um dos problemas que seguramente mais preocuparia os habitantes de uma cidade como Leiria, com abundantes construções em madeira. A utilização de fogo doméstico teria assim que ser usado com o maior cuidado, construindo os fornos para a cozedura do pão ou de outros alimentos, em espaços abertos como por exemplo, os quintais. Mesmo tendo estes cuidados, os incêndios na Leiria medieval sucediam-se, como atestam diversos documentos da época (Gomes, 1999: 13-14).

Um dos problemas da higiene urbana era o das imundices e esterco dos animais, nomeadamente “nas casas de gentes de posses, normalmente, existia sempre cavaliariça para recolha de gado de tiro, como sucedia nos paços de D. Fradrique de Castro, situadas em Santiago, ribeirinhos do Lis, possuindo também quintal com ‘enxidos e pumares’, nas casas grandes do Dom Abade de Alcobaça ou nas casas de Lopo Vasques e de mestre Rodrigo situadas nas imediações da antiga Rua Direita ‘na calçada que uay pêra açougue da dicta ujlá’ as quais tinham ‘seu lagar e logeas e caualarjça e hum chãao’, tudo à Judiaria” (Gomes, 1999: 14-15). Outros animais que se alojavam em Leiria no século XV são mencionados em documentos da época, como por exemplo, os porcos, os carneiros, as vacas, patos e galinhas (Gomes, 1999: 15).

Segundo S. Gomes (1999: 15), outro tipo de problemas de higiene pública “resultava da própria sociabilidade urbana que respeitava, senão mesmo incentivava, a existência de núcleos de emparedadas” mulheres que vivem enclausuradas dentro de casa, tendo apenas uma pequena abertura por onde lhes passam comida, com estatuto de virtuosas, “localizados em pontos citadinos estratégicos na rede inter-comunicacional viária. (...) Em 1233, tempo em que a urbe românica intra-muralhas ainda detinha a primazia no tecido sócio-urbanístico, localizava-se nas imediações da igreja de S. Pedro ‘uma casa da emparedada’. Mais tarde, a cidade traria estas mulheres de piedade auto-sacrificial para a Várzea, nas imediações da igreja de S. Martinho e Rua Direita”.

Entre a rua Direita e a de S. Francisco, existia em 1383 o Moinho da Mancebia, pertença do rei, tendo sido transformado por 1400, em Moinho de Azeite. A prostituição era, ao que parece, uma atividade consentida pelos poderes públicos (Gomes, 1999: 34). Não longe do Moinho da Mancebia, localizavam-se os banhos públicos, situados no Largo dos Banhos, na freguesia de S. Martinho, onde se chegava através da Rua dos Banhos, nas imediações da judiaria (Gomes, 1993: 98-99). Estas instalações eram propriedade régia, encontrando-se em 1398, data em D. João fez doação do local a Mice Garcia, desactivados. Na freguesia de S. Estêvão, terão existido igualmente banhos públicos, na Mouraria, mas desconhece-se a sua localização mais aproximada (Gomes, 1999: 21). Ainda segundo o mesmo autor (1999: 22), “os banhos públicos devem ter desaparecido nestes finais da Idade Média, em favor duma maior privacidade do acto de lavagem do corpo e da própria evolução das mentalidades que conduziram a práticas mais evidentes de pudor corporal e sexual”.

Para além das inconvenientes cheias, as pestes e epidemias grassaram frequentemente na cidade de Leiria. Para além da peste Negra de 1348, outras houve que assolaram a cidade, como as de 1433, de 1468 (Gomes, 1999: 24), as de 1569, 1579-83 e 1598-1603 (Abreu, 2004), que terão provocado uma diminuição demográfica. A peste alterou comportamentos e atitudes, consolidou o património de institutos religiosos, facilitou o avanço do poder régio devido à destruição das finanças de muitos municípios, fomentou revoltas, quase sempre, devido à fome, e acentuou os sentimentos de marginalização e condenação dos pobres “progressiva e perigosamente conotados com a propagação da doença” (Abreu, 2004). “Todas as grandes pestes que ocorreram em Portugal foram antecedidas por graves crises de subsistência, geradoras, por sua vez, de fortes perturbações sociais” (Abreu, 2004).

O quadro das doenças em época medieval seria necessariamente muito variado. Destaca-se a lepra cuja gafaria em Leiria, a gafaria de Santo André terá sido fundada nos alvares do século XIII. Em finais do século XV a gafaria já se encontraria deserta (Gomes, 1999: 25). Das doenças mais frequentes que surgem em documentos leirienses, destacam-se as do foro oftalmológico, osteológico e infeccioso, mas também as de foro psicológico (Cunha, 1997; Gomes, 1999: 29). As doenças ósseas eram as mais invocadas para obtenção da carta real de aposentação, muitas das quais devido a acidentes de trabalho, como o caso de Pero Gonçalves, que em 1484 ficou inutilizado pois que: “passara por cima delle huu carro carregado co huuã pipa de vinho em tall maneira que o quebrou per espinhaço e lhe quebrou duas costas” (Gomes, 1999: 31). Aparentemente, o homem medieval não teria grandes capacidades de recuperação de enfermidades relacionadas com o aparelho ósseo, como por exemplo as fracturas, o reumatismo, a gota e as paralesias, que podem ser consequência dos regimes dietéticos da época e as práticas higiénicas e curativas tidas com o corpo (Gomes, 1999: 33).

Na Leiria medieval não escasseavam os físicos e os cirurgiões. Os primeiros praticavam uma medicina com um atitude científica dedicada à observação anatómica, ao diagnóstico e ao receituário terapêutico, e os segundos, intervinham a um nível “mais empírico, mais atento às chagas sangrentas do próprio corpo, abrindo-o se e quando necessário” (Gomes, 1999: 36). Segundo o mesmo autor (1999: 38-39), haveria em meados do século XV, em Leiria, dois físicos e três cirurgiões, sendo na sua maioria judeus. Para além dos físicos e dos cirurgiões, os barbeiros e os sangradores eram importantes auxiliares da saúde pública. Os barbeiros, que tinham duplo ofício, tinham, na sua maioria, tendas junto à Praça de São Martinho. Os sangradores praticavam um saber essencialmente empírico e rotineiro, distinguindo-se assim dos físicos e dos cirurgiões. Esta prática que remonta à época grega clássica, foi tão resistente à mudança, que mesmo após o desenvolvimento das bases científicas da medicina moderna, a partir do século XVI, e o conhecimento (...) da circulação sanguínea, estabelecido por Harvey, em 1627, mesmo assim, só em meados do século XIX, ocorreu verdadeiramente a sua extinção (Marques, 2004:38). Apesar do tipo de atividades que exerciam, os sangradores conseguiam ascender a posições sociais de relevo (Gomes, 1999: 40-41).

Com o édito de expulsão dos judeus em 1496 a assistência à população terá ficado mais debilitada, permitindo a ascensão dos curandeiros e de “benzedores”, oriundos do mundo rural, sem formação académica, tendo no entanto gozado de uma considerável valorização social, mesmo ao nível do poder régio. Não deixa de ser curioso que em época de grandes descobertas científicas a saúde estivesse “entregue” nas mãos de curandeiros e benzedores e nas crenças religiosas (Gomes, 1999: 42).

Leiria no tempo da reconquista, nas palavras de Pedro Barbosa (Barbosa, 1992:165), não deveria ser mais do que um castelo alcandorado no cimo de um penhasco, com alguns poucos habitantes (...). A estabilização da fronteira a sul do Tejo permitiu um rápido crescimento da população na região de Leiria, com gentes vindas, sobretudo das regiões de Entre Douro e Minho e da Beira, com o intuito de procurar novas terras para cultivar e atraídos pelas riquezas muçulmanas das novas terras conquistadas (Mattoso, 1985: 7) O aumento do número de freguesias durante o século XII, indicia um aumento demográfico (Mattoso, 1985: 9). A afluência de população “continua pelo menos até ao final do século XIII, como demonstram as agitações sociais de 1211” (Barbosa, 1992:166), apesar das fomes e epidemias que assolaram o país de 1190 e 1210 (Mattoso, 1985: 9), “e o número de besteiros que Leiria devia fornecer, no final desse século, número só superado pelos de Santarém” (Barbosa, 1992:166).

À primitiva ocupação medieval do morro do Castelo, no século XII, com os bairros intramuros de Santa Maria da Pena e de São Pedro, sucede-se a ocupação da várzea, que se intensifica ao longo do século XIII e nas centúrias seguintes, assistindo-se ao surgimento dos bairros medievais de São Tiago (posteriormente conhecido como Arrabalde da Ponte), São Martinho,

Santo Estêvão e dos Anjos. Esta ocupação por aglutinação de núcleos distintos, com funções sociais ou funcionais específicas, vai marcar profundamente a morfologia e a dinâmica urbanística de Leiria, que tendo uma matriz medieval, estruturada nos séculos XIII e XIV, se consolidou nas centúrias seguintes, tendo sofrido uma expansão que definiu os limites atuais do centro histórico, apenas em finais do século XIX e durante o século XX (Gomes, 1993; Gomes, 1994; Vale, 2005; Gomes, 2004). Um dos aspetos mais relevantes da evolução populacional no séc. XVIII reside na existência de duas tendências distintas e contraditórias, uma, de recessão, que corresponde sensivelmente ao primeiro terço do século, em que a população terá diminuído à razão de uns 0,20% ao ano, e, outra, de crescimento, rápido, mas desigual, até à década de 1770, com uma taxa de crescimento de 0,58% (Serrão, 1998: 46). Apesar do crescimento acentuado verificado, os valores ficam aquém dos registados no resto do continente europeu (Serrão, 1998: 47). A partir de meados do século XX o aumento populacional registado em Leiria acompanha um fenómeno de crescimento demográfico idêntico ao verificado por toda a Europa (Carreira, 1989).

O interior amuralhado era um local, fundamentalmente, ocupado por uma classe aristocrática e por membros da nobreza, que habitavam em edifícios nas imediações do Paço Real de São Simão. Em contraposição com o interior amuralhado, cujo espaço era extremamente disputado, fazendo com que as casas se aglutinassem e se unissem ao muro, sendo os Paços Reais de São Simão um centro dinâmico arquitetural, a face extramuros era marcada pela descontinuidade, sendo aí o pulsar económico da vila. Apesar da importância das muralhas, nomeadamente a nível defensivo, na Leiria medieval, a vida económica, os centros produtivos e as classes de cariz burguês, as de ofícios para-industriais e as classes de rendimentos parcos, ocupavam a vila baixa, nas cercanias do rio Lis (Gomes, 2004).

A nível político e administrativo, a vila de Leiria, desde a concessão da carta de foral em 1142, foi sempre dirigida pelos poderes concelhios, em contraposição com o poder senhorial que nunca foi dominante nesta região (Barbosa, 1991). A presença régia fazia-se sentir através dos representantes locais do funcionalismo público e através dos símbolos do poder real, principalmente a partir do século XV numa política de controlo efetivo e absoluto do território nacional. Em 1442, Leiria foi elevada a sede de comarca e em 1510 foi-lhe atribuída novo foral, por D. Manuel (Barbosa, 1991).

Apesar das medidas empreendidas por D. Dinis, D. Afonso IV e D. Fernando, parece verificar-se que a população da cerca amuralhada se desloca continuamente para a várzea do rio. Em meados do século XVI, “a presença humana na cerca antiga estava reduzida praticamente ao paço episcopal” (Cristino, 1986:193).

Na vila alta amuralhada existiriam, segundo Saul Gomes (Gomes, 1993:89), três artérias. “Uma, que permanece, ligava as Portas do Norte ao centro do recinto amuralhado que

coincidia com o adro de S. Pedro. Outra que conduzia das Portas do Sol a este mesmo Largo. A terceira rua com um traçado algo oblíquo levava os caminhantes até à entrada do castelo propriamente dito. A intersecção delas dava-se, pois, junto do átrio e cemitério da [Igreja] paroquial de S. Pedro. A rua das Portas do Sol, (...), passava defronte dos Paços régios de S. Simão e dos do Concelho.”

Saul Gomes (2009: 25) descreve que a paisagem leiriense nos séculos XII e XIII da seguinte forma: “... qualquer que fosse a entrada (da vila) escolhida, era totalmente dominada pelas vinhas e olivais dispersos pelos campos e colinas que envolviam o castelo. Nas artérias de acesso à cidade, compreensivelmente aí, encontraria um elevado número de adegas com os seus lagares de vinho. De resto, todo o casario urbano de Leiria, desde os paços reais, aos dos grandes senhores eclesiásticos e dos estratos populares mais enriquecidos tinham, nos seus “sotas” e adegas, tonéis, cubas e pipas de armazenamento de vinho para consumo doméstico ou para colocação em mercado quando as condições o aconselhassem”. Os tendeiros ou os taberneiros, com o intuito de aumentarem os almudes de vinho e os seus rendimentos, por vezes adicionavam água. Sendo o subsolo rico em sal-gema, por vezes o vinho ficava salgado. Curiosa é a narrativa de um desses episódios que o autor de *O Couseiro* relata da seguinte forma: “Em umas casas, que estão no Terreiro, chamado do Pão e Queijo, (...) vivia uma mulher, que vendendo vinho, lhe deitava água, para o acrescentar, d’ um poço, que estava nas mesmas casas, e continuando com este engano, miraculosamente a água do dito poço se fez salgada, e assim se achava o vinho salgado (...)” (Anónimo, 1868: 66).

Mas nem só de vinho vivia a economia leiriense. O crescimento dos centros populacionais existentes e o surgimento de outros novos impulsionou a economia local, onde o pão constituiu até ao século XX, a principal produção económica (Gomes, 2009: 19). Em termos económicos, a região de Leiria era propícia à cultura dos cereais, nomeadamente o trigo e o milho, a que se juntava a exploração do azeite, cujos lagares polvilhavam a paisagem, a indústria de curtumes, de têxteis e do papel, e a pecuária, nomeadamente de suínos, ovinos e caprinos (Gomes, 1993: 86; 2009: 20). Segundo o mesmo autor (Gomes, 2009: 21), “a silvicultura, era a área de investimento que maior riqueza trazia aos agentes económicos locais. Não é sem sentido, obviamente que o imaginário regional guarda em si a exaltação do Rei D. Dinis pela sementeira do Pinhal de Leiria”.

Tal como já referido a estrutura urbana de Leiria, na vertente e na várzea a Sul do castelo, conserva uma malha urbana com uma morfologia, ao nível do traçado, típica das urbes medievais, sendo definida pelos eixos estruturantes: Rua Direita, atual Barão de Viamonte, e Rio Lis. “Na época medieval o leito do rio Lis encontrava-se mais próximo da Rua Direita, tendo um troço paralelo a esta. O traçado urbano dos quarteirões localizados entre esta rua e a margem do rio foi estruturado segundo estes dois vetores fundamentais para a vida urbana daquela época, seguindo direções paralelas e perpendiculares a eles” (Vale, 2005:5). O curso

do rio era bastante diferente da sua configuração atual, o que, conjugado com a ausência de regularização dos caudais originava a ocorrência cíclica de inundações bem como a existência de um lençol freático muito próximo da superfície. A mais notável dessas cheias, ocorreu no dia de São Tomé, 21 de Dezembro, de 1600. Segundo o relato de Couseiro (Anónimo, 1868), a cheia desse dia “durou das dez horas até à noite, precedendo chover da véspera até ao dia; fez notáveis perdas, levou muitos moinhos, lagares e casas na cidade, com muita fazenda, pão, linho e azeite, e fazia grande espanto na gente”. A subida do nível das águas do rio conjugado com uma precipitação anormal, causou uma destruição dos edifícios implantados nas margens Lis, bem como os do centro Histórico.

Em 1721, o Provedor da Comarca de Leiria, nas informações enviadas à Academia Real, faz uma descrição genérica dos estragos causados pelas inundações, aproveitando para se referir à marca da cheia de 1600 colocada na casa de João Dias, um sapateiro que vivia no terreiro mais próximo do rio, num edifício que hoje é designado como a “Casa do Gato Preto”. A sua descrição dos factos é a seguinte: “As inundações têm causado muitas perdas assim nos campos, como na cidade e seus arrabaldes chegando muitas vezes as águas a encherem as logeas e a chegarem aos primeiros sobrados no “citio dos banhos”, terreiro mais vizinho do Rio, onde hoje se acha no canto de uma das casas onde mora hum João Dias, çapateiro, hum letreiro exculpido em huma pedra parda que faz cunhal, e diz o seguinte: *Em dia de S. Tomé de 1600 deu por aqui a espantosa cheya*. Fica esta pedra mais alta que um homem, e as casas não estão na área mais baixa, e se segue que as inferiores de todas as vezinhas ruas, praça e arrabaldes padeciam mais com a tradição que os moradores com os seus moveis sahião pellas janelas em jangadas de madeira ponderando que continuaria a inundaçãõ” (Afonso, 2003).

Esta inscrição ainda hoje se encontra visível no edifício, a cerca de 70 centímetros de altura, do nível da calçada. De acordo com a descrição anterior, de que a mesma ficava acima da cabeça de um homem, somos levados a concluir que o nível da rua subiu cerca de um metro desde 1600 nesta zona da cidade. Da mesma maneira se pode presumir que a expansão da malha urbana estaria muito condicionada, dada a instabilidade do caudal do Lis e a sua maior proximidade em relação ao centro histórico do que na atualidade.

A freguesia de S. Pedro, seguindo a linha de pensamento de Saul Gomes (Gomes, 1993), confinava com a rua de Santo Estêvão, que dividia as duas freguesias. Esta rua, em parte ou na sua totalidade, surge em documentos do século XIII, como sendo a rua da Amoreira. A rua da Amoreira “situa-se justamente acima da rua que, em 1539, era chamada de S. Pedro, sendo assim, necessário identificar a designação de ‘rua de St. Estêvão’ com a da Amoreira. A sudoeste do castelo, por volta de 1211, a Igreja de Santo Estêvão já se encontrava fundada tendo funcionado como embrião de um importante núcleo medieval, tendo sido criado nas Caldeirarias o Hospital dos Ferreiros e uma albergaria, a de São Brás e Santo Estêvão, junto à igreja com o mesmo nome. A igreja de Santo Estêvão foi extinta, como paróquia, no século

XVI, com a criação das freguesias da Batalha, Maceira e a transferência da Barreira para a freguesia de S. Pedro, “e foi demolida durante o governo do bispo D. Pedro de Castillo (1583-1604), sendo fundada no mesmo local a igreja de Nossa Senhora da Apresentação, que não logrou fazer esquecer a antiga invocação” (Cristino, 1987). Esse edifício viria a sofrer alterações no século XVIII, com o estabelecimento de uma Recolhimento dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria, conhecido pelo nome de Recolhimento de Santo Estêvão. Segundo Saul Gomes (1991; 2004), a mouraria leiriense, situada nesta área, não terá resultado dum núcleo populacional pré-existente. Esse núcleo emergente atraiu diversos ofícios, nomeadamente os oleiros, existindo ainda nos dias de hoje uma via designada rua das Olarias. No interior do tecido urbano existiram salinas de sal-gema e barreiros, elementos pouco usuais no seio urbano. A existência de barreiros nessa zona pode ter contribuído para o florescimento das olarias nessa freguesia. Saul António Gomes afirma que em Santo Estêvão se instalaram os Mouros forros e mesterais, de atividades relativamente poluentes, como, por exemplo, forjas, olarias, lagares de vinho e de azeite, tornando-se assim um bairro relativamente periférico, sendo os residentes, elementos de estrato social não elevado, existindo, inclusive, diversas referências a edifícios degradados (Gomes, 1991; 2004). O designado Hospital dos Ferreiros, era administrado por ferreiros, serralheiros, caldeireiros, picheiros, ferradores, ourives, cutileiros e carvoeiros (Anónimo, 1868). A rede viária dessa freguesia seria reduzida, sendo constituída pela rua da Mouraria (muito provavelmente antecessora da atual rua das Olarias), a rua da Ferraria e, provavelmente, a rua Corredoira. O principal ponto de abastecimento público de água da antiga freguesia de Santo Estêvão seria, segundo Saul Gomes, a Fonte do Freire, desde antes de 1300 (Gomes, 1993).

A freguesia de S. Martinho constituía o principal centro comercial da vila, sendo a rua Direita a sua principal via e a maior rua da vila medieva. O bairro de São Martinho, apresenta um plano urbanístico “segundo um plano coordenado superiormente em planta de “tipo espinha de peixe” (Gomes, 1993: 84). “Os enfiamentos viários originários do período medievo são organizados em função do eixo matricial – a Rua Direita, sendo-lhe aproximadamente perpendiculares ou paralelos. Os espaços públicos fundamentais também estão intimamente relacionados com e regrados pela rua Direita, ficando o Terreiro numa das extremidades e o Largo da Sé na outra.

Nesta paróquia terão habitado membros dos estratos sociais mais elevados, nomeadamente nobres, oficiais da coroa e clérigos, embora predominassem os mercadores e mesterais. Respondendo às necessidades espirituais e religiosas, foi construída a Igreja de S. Martinho (entre 1148 e 1211) tendo sido a sua localização algo periférica relativamente ao aglomerado populacional do bairro inicial. No século XVI a igreja foi mandada destruir por ordens do Bispo de Leiria em troca de terrenos para a construção da Sé de Leiria.

A Rua Direita equivalia, no seu troço setentrional, à Judiaria, que se localizava nesta zona pelo menos desde a segunda metade do século XIII, mas que atingiu o seu apogeu durante o

século XV, até à expulsão dos Judeus de território nacional em 1496. As informações escritas sobre a presença da comunidade judaica em Leiria são escassas. A primeira referência a judeus em Leiria, segundo Saul Gomes, data de 1219, ressaltando que esta indicação não significa necessariamente a existência de uma comunidade judaica (Gomes, 2005). As comunas judaicas eram constituídas, sendo realizada a construção da respetiva sinagoga, após a instalação de algumas famílias numa vila ou cidade.

A Judiaria teria o seu centro nevrálgico na zona de intersecção da Rua Direita (Rua Barão de Viamonte) com a Rua Nova (Rua Miguel Bombarda), também designada Rua dos Mercadores ou da Lã. A Rua Nova seria limitada por porta (s) no século XV, demarcando a entrada na Judiaria, e o acesso à sinagoga que se situaria, presumivelmente, no local onde se construiu a Igreja da Misericórdia, instituída em 1544 (Gomes, 1993, 2004; Margarido, 1988). A localização da Sinagoga neste local é posta em causa pelo autor do Couseiro, referindo não existirem provas escritas ou notícias que atestassem que a atual Igreja da Misericórdia tenha sido construída no antigo local de culto judaico (Anónimo, 1868). Contudo, existem referências escritas datadas de 1721 onde Brás Raposo da Fonseca, Provedor da Comarca de Leira, refere que “Consta do compromisso da misericórdia do dito principia que na dita ermida faziam sinagoga” (Notícia histórica sobre a judiaria de Leiria, cit. Gomes, 2005).

As funções religiosas e as atividades comerciais repercutiram-se na toponímia das ruas em torno do quarteirão, em particular, a toponímia de época medieval e moderna. Alusões à presença de determinados grupos sociais, à existência de determinadas atividades comerciais, e relativas a edifícios de culto surgem nos topónimos atribuídos a algumas destas ruas e travessas: Rua da Judiaria, Rua Nova, Rua dos Mercadores ou das Lãs, Travessa da Tipografia, Rua da Misericórdia e Travessa da Misericórdia. De acordo com Saul Gomes, através da análise das fontes escritas, existiriam na judiaria tabernas, alcaçarias, lagares, adegas, cavalariças, para além de tendas dos mercadores de lanifícios, bem como lojas de ferreiros, alfaiates, ourives e ainda, se bem que em menor número, correeiros, latoeiros e tintureiros (Gomes, 2005). Para além das atividades económicas existiriam ainda escolas e o “concelho da judiaria”, cuja localização Saul Gomes indica como provável, nas imediações da Sinagoga (Gomes, 2005).

A relação de Leiria, no século XV, com a origem da imprensa e da tipografia em Portugal foi tema de discussão e investigação ao longo de todo o século XX. As teses defendidas, acerrimamente, por Américo Cortez Pinto (1948) na sua obra “Da famosa Arte da Imprimissão”, sobre a localização da primeira tipografia portuguesa em Leiria e da responsabilidade cristã pela introdução da imprensa no nosso país deixaram de ser defensáveis, contudo, Leiria desempenhou, efetivamente, um papel muito importante na história da imprensa e da tipografia portuguesa. Data de 1411 a primeira referência ao fabrico do papel, autorizado por carta régia

de D. João I, para o engenho conhecido como Moinho do Papel ou Moinho dos Caniços em Leiria, que surge referenciado desde 1331 (Gomes, 1997; Carvalho, 2006).

A versão mais consensual considera que o primeiro incunábulo português, uma impressão em hebraico do Pentateuco, terá saído de uma oficina judaica em Faro, em 1487. Do prelo da tipografia de Abraão d'Ortas e família, em Leiria, que, tradicionalmente, se faz localizar no bairro da Judiaria, na zona em torno da Travessa da Tipografia, saiu em 1496, a primeira obra científica impressa em Portugal, o "Almanach Perpetuum" de Abraão Zacuto. Esta obra, impressa em latim e castelhano, que inclui tábuas com numeração árabe, desempenhou um papel relevante nas descobertas portuguesas. A primeira impressão saída desta oficina, um texto bíblico, data de 1492 (Gomes, 1997; Carvalho, 2006).

Após o édito de expulsão dos Judeus, de 1496, a população judia, resignada ao estatuto sócio-religioso católico, que permaneceu em Leiria manteve-se como um corpo social distinto, o que conduziu a conflitos com o concelho. Contudo, no século XVI assistir-se-ia à integração judaica no tecido social da urbe, e no seu local de culto, a sinagoga, transformada, inicialmente, em celeiro, foi edificada, posteriormente, a primitiva Igreja da Misericórdia (Gomes, 1997).

A morfologia dos quarteirões da antiga judiaria sofreu mutações, algumas das quais documentadas. Com o abandono da sinagoga, edifício cultural centralizador do bairro da Judiaria, e da reconversão deste espaço, que terá sido ocupado pela Igreja da Misericórdia e pelo hospital anexo, que funcionará aqui até à construção do novo hospital, no Bairro dos Anjos, em 1800, a ocupação do espaço terá sido alterada.

A rua Direita revelou ser um eixo estruturante da urbanização dessa zona da vila, existindo dezoito ruas que lhe são perpendiculares, dez a nascente e oito a poente. Em diversos documentos do século XIV e XV, são mencionadas vias transversais à rua Direita ou rua da Judiaria. Em alguns casos é difícil fazer uma relação da evolução toponímica das vias. Seriam transversais da rua Direita: a da Alfaiataria; a rua da Carpintaria; a rua da Rigueira; a rua da Sapataria; a rua Nova igualmente designada por rua da Lã ou dos Mercadores ou, somente, dos Mercadores; a rua das Cavalarias e a de Gil Martins (Gomes, 1993). Existiam várias ruas paralelas à rua Direita. Em documentos do século XIV, existem referências a uma via "acima da rua da judiaria", e no século XVI, era referenciada a rua do Pão e Queijo, atual rua da Beneficência (Gomes, 1993). Outras ruas, como a rua de Alcobaça e a rua da Água, são importantes para a compreensão do modelo urbanístico da vila medieval. A rua da Água ia da Portela ao moderno largo da Graça, sendo-lhe perpendicular a rua de Alcobaça. As origens desta última artéria remontam ao século XIII, sendo que nesta o Mosteiro de Alcobaça detinha diversas propriedades. Referências toponímicas à rua do Relego surgem somente no século XVIII, no entanto, não é de excluir, segundo Saul Gomes (Gomes, 1993), que ela não tivesse esse nome em época medieval. "Mas segundo uma fonte moderna, a rua do relego tinha

orientação *grosso modo* norte-sul confrontando com o Terreiro e com a rua da Água, respetivamente. A rua de Alcobaça era uma das ruas a ela perpendiculares. O relacionamento que estabelecemos entre esta designação moderna e a artéria medieva, que existia necessariamente, e de que os documentos há pouco citados dão testemunho, resulta, (...), da notícia inserida num capítulo especial de Leiria apresentado nas Cortes de Évora de 1460, que revela existir na vila uma rua onde se vendia o vinho do rei durante o relego. (...), era costume e lei que, no período da relegagem, se vendesse vinho apenas numa artéria cidadina.” (Gomes, 1993).

Em consequência da demolição da Igreja de S. Martinho, a praça aí definida, de desenho renascentista adaptado, segue as direções e os parâmetros dos 5 arruamentos que a ligam ao eixo primordial da cidade. O Rossio, anexo à Praça e a ela ligado originariamente por um arco, algo muito recorrente nas ruas do burgo, é um espaço amplo de transição para o rio” (Vale, 2005:12).

Na freguesia de Santiago, a via principal, era conhecida já em meados do século XIV, por rua da Ponte e surgia como prolongamento da ponte Coimbrã ou de Santiago (nome pelo qual era conhecida no século XIII), da qual existem referências desde 1142 (Gomes, 1993). A rua da Ponte fazia ligação com a Igreja de Santiago, e daí, saíam vias em direção à alcáçova e Portas do Norte, ou para rodear a fortaleza para chegar a Santo Estêvão.

D. João III “concederá à antiga vila a categoria de cidade, tendo obtido para ela também, por Bula de 22 de Maio de 1545, do Papa Paulo III (...), a categoria de Bispado, separando-a da de Coimbra e, nas suas reformas administrativo – judiciais, desmembrando-a da província Estremenha.” (Pousão-Smith, 2008, I:129).

Frei António Brandão, cronista mor do reino, nomeado por D. Filipe II, descreveu a cidade e o castelo, entre 1620 e 1632, referindo que a fortificação já estava em processo de ruína. “O castelo é por extremo forte no sítio de grandes e fermosos edifícios, fortalecido com torres e baluartes e cercado de particular muro, o qual e o da povoação que fica no alto com parte dos edifícios vai sentindo os danos do tempo, e dá que notar o descuido de quem deixa ir perdendo tão nobres antigualhas que se poderão conservar com bem pouco custo. A cidade não é grande, mas mui alegre, e bem assentada e faz aprazível vista a quem a contempla do castelo, ou de outra parte alta. A terra fértil, e abundante de pão, azeite, e vinha, e pudera ser rica, se não ouver descuido na cultura dos campos, os quais regados dos rios Lis, e Lena que corre em hua vea, se vão estendendo para o Norte” (Pousão-Smith, 2008, I:133). Tal como em outras cidades nacionais e estrangeiras suas contemporâneas, a cidade de Leiria nos séculos XVI e XVII o campo começava dentro da própria cidade, “onde as casas se misturavam com *quintais*, *azinhas*, *cerrados* e *terreiros*” (Pousão-Smith, 2008, I:289).

Em finais do primeiro quartel do século XVII, Leiria tinha, para além dos bairros do Arrabalde da Ponte, o de Santo Estêvão e o de Santo Agostinho, “uma praça, onze terreiros e cerca de talvez de cinquenta vias, umas trinta das quais seriam públicas e umas dezoito a vinte, particulares” (Pousão-Smith, 2008, I:130).

As ruas da urbe eram estreitas a ponto de permitir a troca de produtos entre vizinhos, mas tal estreiteza trazia importúnios vários, os naturais: as chuvas e as cheias provocadas pelo rio, que agravavam o problema da lama, sobretudo nas ruas mais perto dele, mas ainda os sociais, tais como os lançamentos de águas e dejetos pela janela, projetados acidental ou propositadamente. Refira-se a situação ocorrida com o poeta leiriense, Rodrigues Lobo: “passando o dito seu Irmão (Rodrigues Lobo) pella porta da contradittada ella (Francisca Gomes) pello ódio que lhe tinha lhe lançou de sua janella hu algidar de immundicia com que lhe botou a perder gu Vestido nouo que leuaua” (Pousão-Smith, 2008, I:132).

Estas ruas apresentavam um tipo de arruamento, à época de Rodrigues Lobo, no século XVII, idêntico ao padrão medieval tardio de organização por ofícios. A arquitetura das casas era parcialmente determinada muitas vezes pela atividade comercial do proprietário. As casas eram esguias “de mais de um sobrado, com um sobrado por habitação (...) com suas *lojas* no rés-de-chão, para serviço, armazenagem, aluguer para loja de venda ou oficina ou mesmo para mais modesta habitação. (...) Os dois ou três pisos das casas são ligados por *escada*, com porta para a rua no rés-de-chão e, adicionalmente, em verticalidade direta por alçapão, tendo a própria *loja*, também ela, sua porta para a rua” (Pousão-Smith, 2008, I:291). Alguns destes edifícios *esguios* teriam varandas na fachada principal, bem como na parte traseira do quintal. O quintal era uma das características da estrutura urbana da cidade. Os quintais e os pátios eram dotados de portas para a rua e, por vezes, murados. O quintal era uma estrutura comum, independentemente do estrato social. No quintal existiriam árvores de fruto, por vezes, um poço, mas serviriam de igual modo para trabalho e criação de animais (Pousão-Smith, 2008, I:290). Os quintais constituíam importantes espaços para despejos, fossas ou escoamentos de águas residuais. Também era nos quintais que se localizavam as latrinas que poderiam ser comuns a vários moradores ou privadas (Gomes, 1999: 18).

Os marcos, ou frades, em pedra que se encontram, ainda na atualidade, em grande parte do centro histórico, constituem um elemento arquitetónico representativo de persistência muito importante para a perceção da malha urbana e da sua evolução. Estes marcos, que delimitam o espaço viário público, teriam provavelmente como função principal a de impedir a apropriação do espaço público pelos privados, e desta forma assegurar a manutenção de corredores pedonais e de circulação de veículos, mercadorias e animais, tendo na sua maioria persistido até aos nossos dias, em particular nas ruas em torno da Rua Direita (Gomes, 1993, 2004).

Frei António Brandão voltaria a descrever a cidade nos termos do primeiro quartel do século XVII, realçando o descuido no estado da cidade, que se estendia ao estado das muralhas do castelo, o que coincide singularmente com o início da decadência administrativa da Casa de Vila Real (Pousão-Smith, 2008, I:295).

Nos séculos do barroco, obras de requalificação e de reordenamento foram efetuadas um pouco por toda a cidade. O rio Lis viu o seu curso alterado, refizeram-se fontanários, casario solarengo, bem como, o realinhamento da Praça de S. Martinho. Os Paços de S. Simão, que à época se encontravam em estado de elevada degradação, deram lugar ao solar episcopal (Pousão-Smith, 2008; Gomes, 1993). A fisionomia da cidade foi assim alterada de forma definitiva, “perdendo-se a paisagem medieval, a imagem exterior, mas as estruturas viárias medievais permaneceriam” (Gomes, 1993:88).

A Leiria da Baixa Idade Média e Moderna era uma cidade aberta e comercial, com uma baixa burguesa que apresentava múltiplos usos: habitacionais, económicos, religiosos, administrativos e judiciais, mas também agrícolas, artesanais e para-industriais (Gomes, 2004). O autor do Couseiro descreve a cidade como estando “toda cercada d’ermidas, de modo que de nenhuma parte se póde entrar n’ella que não passem por juncto d’ermida ou convento” (Anónimo, 1868: 9).

A malha urbana da cidade cartografada na planta de 1816, é reveladora da evolução e das persistências ao nível da ocupação do espaço ao longo da época medieval e moderna. As áreas que durante parte da Idade média eram exclusivamente agrícolas foram convertidas em áreas de ocupação, nomeadamente, para fins religiosos, e algumas zonas periféricas e/ou marginais foram reconvertidas, como é o caso da zona da renascentista Sé de Leiria que foi construída próxima da zona do antigo moinho da Mancebia (Gomes, 1993: 88).

A construção de igrejas e de conventos desempenham um papel importante de desenvolvimento e na expansão dos aglomerados para extramuros (Repolho, 2011: 35). A zona ribeirinha, entre o convento de Sant’ Ana, fundado em 1494 por D. Catarina, Condessa de Loulé (Trindade, 2005:15), e o convento de Santo Agostinho, sofreu durante o século XVI um grande desenvolvimento urbanístico, deixando esta zona da cidade de ser uma zona rural, onde vinhedos e arvoredos dominavam (Trindade, 2005:13).

Em 1577 foi fundado o convento de Santo Agostinho, pelo Bispo Gaspar do Casal. O convento situa-se na margem esquerda do rio Lis, nas imediações do Moinho do Papel, em local com poucas habitações, e próximo da igreja de Nossa Senhora da Encarnação, que segundo o autor do Couseiro (Anónimo, 1868), ao tempo de D. Frei de Brás de Barros, primeiro bispo de Leiria, “em volta desta igreja tudo eram matos altos e grandes”.

Entre os séculos XVI e XIX a “urbanização da área envolvente do convento Santo Agostinho, desde a designada Fonte Grande até ao Largo dos Olivais (atual Largo da Infantaria 7), viria a tornar-se uma realidade (...) (Repolho, 2011: 35).

No século XVIII foi construída a igreja do Espírito Santo, localizada próximo do rio Lis, e nas imediações do convento de Sant’ Ana. Esta igreja terá sido edificada no local onde se situava a Ermida do Espírito Santo, de fundação tercentista (Pousão-Smith, 2008, I:139).

O terramoto de 1755 provocou danos comprovados em várias zonas da cidade de Leiria, nomeadamente no Castelo e na Sé, e os seus efeitos devem ser tidos em conta na análise da evolução da cidade e dos seus espaços públicos e privados. De igual modo devem ser considerados os danos infligidos ao edificado de Leiria durante as invasões francesas.

O processo de ocupação dos logradouros, constatável a partir da análise da morfologia dos quarteirões, e sustentada pela cartografia das últimas duas centúrias, é notório neste quarteirão, representando, no entanto, uma realidade que é comum em toda a baixa da cidade. Compreender a evolução destes espaços revela-se fundamental para o estudo da estrutura dos próprios edifícios e das estratégias de construção e rentabilização do espaço urbano.

Eça de Queiroz, que por Leiria habitou entre 1870 e 1871, tendo desempenhado o cargo de administrador do Concelho, alojou-se no primeiro andar de uma casa da atual Travessa da Tipografia durante o tempo que permaneceu na cidade (Travessa da Tipografia, N° 9, 11, 13), nas imediações a atual Casa dos Pintores. As suas vivências nesta cidade e a forma como a percecionou encontram-se plasmadas na sua obra, em particular em “ O crime do padre Amaro” que sendo uma obra ficcional, não deixa contudo, de se converter num documento bastante interessante do ponto de vista histórico.

Os ambientes, as ruas e as casas de Leiria convertem-se no palco de acontecimentos do romance “O crime do padre Amaro” e a visão de Eça de Queiroz enriquece em muito o estudo da Leiria oitocentista. “Em redor da Praça as casas estavam já adormecidas: das lojas debaixo da Arcada saía a luz triste dos candeeiros de petróleo, entreviam-se dentro figuras sonolentas, caturrando em cavaqueira, ao balcão. As ruas que vinham dar à Praça, tortuosas, tenebrosas, com um lampião mortiço, pareciam desabitadas. E no silêncio o sino da Sé dava vagorosamente o toque das almas” (Queiroz, 2001:54).

A casa onde Eça viveu em Leiria é reconhecida como sendo o modelo da casa que no romance é descrita como a da S. Joaneira e da Amélia, onde se aloja o padre Amaro, mas que o autor situa na Rua da Misericórdia. Uma rua “ (...) estreita, de casas baixas e pobres, esmagada pelas altas paredes da velha Misericórdia, com um lampião lúgubre ao fundo” (Queiroz, 2001:55).

Eça descreve do seguinte modo a casa da S. Joaneira “ – E aqui tem você o seu palácio! Disse o cónego, batendo na aldraba de uma porta esguia. No primeiro andar duas varandas de ferro, de aspeto antigo, faziam saliência, com os seus arbustos de alecrim, que se arredondavam aos cantos em caixas de madeira; as janelas de cima, pequeninas, eram de peitoril; e a parede, pelas suas irregularidades, fazia lembrar uma lata almogada.” (Queiroz, 2001:55) “Ela tem o quarto de baixo, a saleta pegada e o outro quarto que pode servir de escritório” (Queiroz, 2001:49).

Foi nas margens do Lis que a cidade se desenvolveu durante o século XX, beneficiando a partir dos meados deste século da abertura da Avenida Heróis de Angola que liga o Largo 5 de Outubro ao Convento de São Francisco. O contraste entre o burgo de cariz medieval, que se desenvolveu para Sul e Sudeste do Castelo, cujo desenvolvimento relativamente harmonioso, se manteve em época Moderna e Contemporânea, e a urbe de finais do século XX e início do XXI, onde hoje se localiza grande parte do comércio e dos serviços, cresceu sem obedecer na maioria dos casos, a critérios estéticos nem a planeamentos ordenados, ou pensados, ao sabor de interesses económicos, políticos e pessoais de alguns.

Vânia Carvalho
Augusto Aveleira
Oficina Municipal de Arqueologia

Bibliografia

Abreu, Laurinda F. S. 2004. Conferência apresentada no VII Congresso de la ADEH, Granada.

Afonso, L.U. 2003. Convento de S. Francisco de Leiria. Livros Horizonte.

Anónimo. 1868. *O couseiro ou memórias do bispado de Leiria*. Leiria: [O Mensageiro], [198-?]. 321 p. (Reprodução facsimilada da 1ª ed. que no frontispício averba o seguinte: Braga - Tipografia Lusitana - Rua Nova, nº3 – 1868), pp. 322

Araújo, M.A.; Vareta, N.D.; Granja, H. 2003. Os aspetos geomorfológicos e as dinâmicas históricas dos portos do NW Português. XVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), Novembro 2003, Coimbra. (versão em CD, não editado).

Barbosa, P. G. 1992. *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central Séc. XII a 1325*. História Medieval – 6. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa

Brás, I.; Pereira, J. 2002. Acompanhamento arqueológico das obras de recuperação e ampliação do Ex. Paço Episcopal de Leiria. Relatório final.

Barroca, Mário Jorge, 1990-1991. "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)", *Portugalia*, Nova Serie. Vols. XI-XII, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1990-1991, pp. 101-124.

Cabral, Alexandre. 1920. O General Visconde de Leiria (Retalhos de História Contemporânea). Lisboa.

Cabral, João. 1975. *Anais do Município de Leiria*, Leiria.

Carreira, Adélia M. C. 1995. "Valores estético-urbanísticos de Leiria setecentista" in *Actas do II Congresso Sobre História de Leiria e da sua Região (1991)*, vol., Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 85-94.

Carvalho, S.; Tavares, J. 2004a. *Sondagens preventivas nos edifícios do Ex-RAL 4 – Leiria*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, Divisão da Cultura, Oficina de Arqueologia. [Não publicado].

Carvalho, V.; Inácio, I. 2011. Projeto de valorização e requalificação do castelo de Leiria – PNTA. Relatório final das sondagens arqueológicas de avaliação.

Cristino, Luciano Coelho. 1986. "A Vila de Leiria em 1385", in *Jornadas sobre Leiria Medieval*, Leiria, pp.173-220.

Cunha, Eugénia. 1997. Populações medievais portuguesas (séculos XI-XV). A perspetiva paleobiológica. In *Arqueologia Medieval*, Nº5. Porto, pp. 57-84.

Dias, J. M. A. 2004. A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios. In Tavares, A. A.; M, J. F.; Cardoso, J. L. (eds.) *Evolução geohistórica do litoral Português e fenómenos correlativos: Geologia, História, Arqueologia e Climatologia – Actas do colóquio*, pp. 157-170. Universidade Aberta. Lisboa.

Ferreira, A. B. 2005. Formas de relevo e dinâmica geomorfológica. In Medeiros, C. A. (dir.), Ferreira, A. B. (coord.). *Geografia de Portugal 1 – O Ambiente Físico*, pp. 53-255. Círculo de Leitores e Editores. Rio de Mouro.

Gomes, S. A. 1991. "A Mouraria de Leiria. Problemas Sobre a Presença Moura no Centro do País", in *Estudos Orientais II — O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa, Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, pp. 155-177.

Gomes, S. A. 1993. "A Organização do Espaço Urbano numa Cidade Estremenha: Leiria Medieval", in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares, Actas*, Vol. II, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 81-112.

Gomes, S. A. 1995. "Sobre a Fundação Undecentista de Leiria", in *II Colóquio Sobre História de Leiria e da sua Região, Actas*, I Volume, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 205-251.

Gomes, S. A. 1997. "Leiria e a Tipografia Judaica dos Ortas...", in *Estudos Orientais. VI. Homenagem ao Professor António Augusto Tavares*, Lisboa, Instituto Oriental - Universidade Nova de Lisboa, pp. 221-235.

Gomes, S. A. 1999. *Higiene e saúde na Leiria Medieval*. In *Actas do III Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região (1996)*. Leiria. Câmara Municipal de Leiria.

Gomes, S. A. 2004. *Introdução à História do Castelo de Leiria*, (2ª edição revista e ampliada), Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 448 pp.

Gomes, S. A. 2005. *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas. 2. Marinha Grande, Viseu, Palimage e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra*.

Gomes, S. A. 2009. "Apresentação" in Korrodi, Ernesto, *Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria*, [Reedição fac-similada da impressão de 1898], Leiria, Fundação Caixa de Crédito Agrícola de Leiria e Editora Imagens & Letras.

Gonçalves, Pedro. 2007. *A evolução Holocénica do Rio Lis e da Laguna da Pederneira*. Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências da Terra para obtenção do grau de Mestre em Geociências Ramo de Ambiente e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Jacinto, R. A. F. 2009. *As cheias na cidade de Leiria: Contributo dos SIG para o ordenamento do território*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em sistemas de informação geográfica e ordenamento do território. Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Korrodi E. 1898. *Estudos de reconstrução sobre o Castelo de Leiria: reconstituição gráfica de um notável exemplo de construção civil e militar portuguesa : 26 estampas de reproduções photolytographicas dos desenhos originaes, compreendendo plantas, côrtes perspectivas e detalhes com numerosos desenhos no texto.* Zurich, Instituto Polygraphico.

Margarido, Ana Paula. 1988. *Leiria História e Morfologia Urbana*, Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 138p.

Marques, A. L. 2004. *Saberes Efêmeros Duradouros – O Caso da Sangria com passagem por Amato Lusitano.* In *Medicina na Beira Interior da Pré-História ao século XXI.* Cadernos de Cultura nº XVIII – Novembro 2004.

Martins, A. F. 1949. *Maciço Calcário Estremenho – Contributo para um estudo de Geografia Física.* Coimbra.

Mattoso, José. 1985. "A cidade de Leiria na história medieval de Portugal". *Ler história.* Nº 4 (1985). pp. 2-19.

Medeiros, C. A. 1987. *Introdução à Geografia de Portugal.* Imprensa Universitária (58). Editorial Estampa. Lisboa.

Monteiro, João Gouveia, 1999. *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média. Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando,* Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Letras de Coimbra.

Moreno, J.,; Fatela, F. 2005. Palaeoenvironmental evolution over the last 10kyr BP at Caminha tidal marsh (NW of Portugal): Foraminiferal evidences (talk). In Freitas, M. C.; Drago, T. (eds.) *Iberian Coastal Holocene Paleoenvironmental Evolution – Coastal Hope 2005 – Proceedings*, pp 94-96. Julho 2005, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa.

Mota, A. C. d., Ed. 2004. *O caso da Obra de recuperação dos campos do Lis.* Lisboa, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Nunes, A. L. P. 2005. *Dicionário de arquitectura Militar,* Caleidoscópio.261p.

Pinto, A. Arala. 1938. *O Pinhal do Rei*, vol. I. Alcobaça.

Pinto, Américo Cortez. 1948. *Da famosa Arte da Imprimissão.* Ulisseia

Pousão-Smith, Selma. 2008. *Rodrigues Lobo, os Vila Real e a estratégia da dissimulatio*. 2 volumes. Lisboa

Queirós, Eça. 2001. O Crime do Padre Amaro. Campo das Letras

Repolho, J. M. S. V. 2011. Convento de Santo Agostinho de Leiria. Contributos para a recuperação e valorização dos espaços regulares subsistentes. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada à Universidade de Évora.

Ribeiro, O. 1998. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico (7ª edição revista e ampliada)*. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa. (edição original (1945).

Sanches, A. Ribeiro. 2003. Tratado da Conservação da Saúde dos Povos. Universidade da Beira Interior, Covilhã – Portugal.

Serrão, J. V. 1998. “O Quadro Humano” *in* História de Portugal vol. 4. O Antigo Regime (1620-1807). Coordenação: António Manuel Hespanha. Direcção: José Mattoso. Editorial Estampa.

Trindade, Ana Rita. 2005. Faiança Portuguesa do Convento de Sant’ Ana de Leiria. Relatório Final. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Vale, Nuno. 2005. *Centro histórico Leiria*. IPA – DGEMN. www.monumentos.pt

Zúquete, Afonso. 2003. *Monografia de Leiria: A cidade e o Concelho - 1950*, Leiria, 2003, 224p.